



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 150570 - GO (2021/0225145-2)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
RECORRENTE : FERNANDO CESAR SACCARDO
ADVOGADOS : ANDERSON VAN GUALBERTO DE MENDONÇA - GO031076
MARCOS MACIEL LARA - GO045730
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por FERNANDO CESAR SACCARDO contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS (Processo n. 5198057-18.2021.8.09.0000).

Sustenta o recorrente que as medidas cautelares não podem ser impostas por razões genéricas, pois exigem do julgador uma fundamentação concreta. Alega ainda que o monitoramento eletrônico a ele imposto é desproporcional e ilógico.

Requer o provimento do recurso.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal .

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente